



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Trabalho, Questão Social e Serviço Social.

O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NAS EQUIPES PEDAGÓGICAS NO CEFET-RJ

Nieves Bizarelo Martinez¹

Resumo: O CEFET-RJ é uma Instituição Pública Federal centenária que atua no âmbito da educação profissional e que, juntamente com outras Instituições², compõe a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil. Oferece cursos técnicos integrados ao ensino médio (TIM), pós-médio, graduação e pós-graduação (*stricto e lato sensu*) que são acessados através de concurso (próprio, para ingressantes no TIM ou pós-graduação; ou unificado nacional, como por exemplo, o ENEM para a graduação) ou sorteio (para os cursos de pós-médio). O CEFET-RJ recebe estudantes que acabaram o ensino fundamental por volta dos 14 anos de idade e não tem limites de faixa etária para ingresso. Qualquer pessoa pode ingressar no CEFET-RJ, desde que tenha cumprido o requisito de passar em concurso ou ser sorteado. A partir de 2012 passou a vigorar a lei nº 12.711, que diz respeito sobre a reserva de 50% das vagas para estudantes de escola pública, dessas 25% são preenchidas por aqueles que possuem renda per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e 25% são preenchidas por aqueles que se autodeclararam pretos, pardos, indígenas ou pessoa com deficiência. Um pouco antes, o governo federal, no ano de 2010, sanciona o decreto de nº 7.234, que dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil e tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Essas duas legislações em conjunto ajudam a democratizar o ingresso de estudantes oriundos da classe trabalhadora e a viabilizar sua permanência, sobretudo daqueles que historicamente mais sofrem as consequências das desigualdades sociais do país. No nosso entender é este o perfil dos estudantes que mais serão atendidos pelas Seções de Articulação Pedagógica (SAPED) na Instituição. Esse setor se inaugura com essa nomenclatura recentemente e conta com profissionais da área da Pedagogia, Serviço Social, Psicologia e técnicos administrativos. É o trabalho do assistente social dentro de equipes interdisciplinares no bojo da expansão da rede profissional inaugurada pelos governos petistas que será analisado nesta pesquisa.

Palavras-chave: Trabalho, Serviço social, Política de educação.

Abstract: CEFET-RJ is a centennial Federal Public Institution that acts in the scope of professional education and, together with other Institutions, composes the federal network of professional, scientific and technological education in Brazil. It offers technical courses integrated to the secondary education (TIM), post-secondary, undergraduate and post-graduate courses (*stricto and latusensus*) that are accessed through a competitive examination (for TIM or postgraduate students; (eg the ENEM for graduation) or draw (for the post-secondary courses). CEFET-RJ receives students who have finished elementary school, around the age of 14 and have no age limits for admission. Anyone can join CEFET-RJ once they have fulfilled the requirement to pass a contest or be drawn. As of 2012, Law no. 12,711 came into force, which concerns the reserve of 50% of vacancies for public school students, of which 25% are filled by those who have a per capita income equal to or less than 1.5 minimum salary and 25% are filled by those who self-described blacks, births, indigenous people or people with disabilities. A little earlier, the federal government in 2010, enacted Decree No. 7,234, which provides for the national program of student assistance and aims to increase the conditions of permanence of young people in federal public higher education. These two laws together help democratize the entry of students from the working class and enable them to remain, especially those who historically

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: <bizarelomartinez@hotmail.com>.

²Ver lei nº 11.892, de 2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

suffer the most from the social inequalities of the country. In our view, this is the profile of the students who will be most attended by the Sections of Pedagogical Articulation (SAPED's) in the Institution. This sector opens with this nomenclature recently and counts on professionals in the area of Pedagogy, Social Service, Psychology and administrative technicians. It is the work of the social worker within interdisciplinary teams that will be analyzed in this research.

O trabalho de assistentes sociais no CEFET-RJ

Parte-se do pressuposto de que o trabalho de assistentes sociais sempre estará vinculado aos princípios da política social na qual está inserido (ALMEIDA E ALENCAR, 2011). Neste caso específico, com a política de educação brasileira. A partir do momento em que há um movimento do governo federal de ampliação do acesso e de preocupação com a permanência do estudante, entende-se que a política de educação vai requerer mais profissionais que estejam aptos a dar conta dessa demanda, incluindo-se assistentes sociais.

Mas é preciso ter como horizonte que o trabalho está situado dentro de relações sociais capitalistas, logo incidirão sobre o mesmo os constrangimentos desse modo de produção. Especificamente no setor de serviços (onde se insere o trabalho de profissionais como a/o assistente social) cabe destacar que, mesmo sem participar do momento da produção, ele apresenta traços característicos dessa etapa. Sendo assim, reestruturação produtiva que teve início nos anos 90 no Brasil e trouxe diversas mudanças para o trabalho produtivo, trouxe mudanças para o trabalho improdutivo, afetando esses trabalhadores.

O trabalho de assistentes sociais nas equipes pedagógicas no CEFET-RJ requer um trabalho polivalente (ANTUNES, 1999), ou flexibilidade funcional (CESAR, 2000; SEGNINI, 1996), características da lógica da reestruturação produtiva, que adentrou o setor de serviços e permeou também o Estado, de modo que o trabalhador com maior nível intelectual, precisa dar conta de mais demandas: daquelas que requerem maior e/ou menor capacidade intelectual. O que a Instituição espera é que, além da função de assistente social, o mesmo possa realizar outros trabalhos, que não seriam atribuições da natureza do seu cargo, mas que são funcionais ao setor ao qual está inserido, inclusive dispensando a contratação de outros servidores de menor nível intelectual. É possível que a tendência disso para o trabalho de assistentes sociais seja –

somada a intensificação do trabalho - a rotinização do trabalho (BRAVERMAM, 1987, p. 270).

É fato que na última década houve um aumento do número de contratações³ de assistentes sociais nas escolas federais de ensino. O CEFET-RJ conta hoje com 13 assistentes sociais, dos quais 11 ingressaram na Instituição a partir do ano de 2010. Esse aumento de contratações não é por acaso, e tem a ver com a expansão do ensino tecnológico em todo o país nos últimos anos, como foi citado no tópico anterior.

Mas, por que contratar assistentes sociais para os CEFET? Ao longo deste trabalho, pontuou-se que o que dá margem ao trabalho do assistente social é o próprio capitalismo monopolista. Num determinado momento histórico, quando ingressou na instituição uma população que historicamente estava alijada da educação formal dos níveis de ensino que o CEFET-RJ disponibiliza, o Estado (na forma institucional) está obrigado a oferecer alguma forma de assistência a esses estudantes no sentido de garantir, minimamente, a sua permanência, fato proposto inclusive por decreto (PNAES).

Em relação à primeira pergunta, a hipótese é de que ao menos três fatores tenham contribuído para isto: 1) a expansão dos Institutos Federais e descentralização dos CEFET que ocorreram nos governos Lula e Dilma; 2) algum grau de reconhecimento por parte do Estado de que as expressões da questão social rebatiam na escola, ainda que vistos como “problemas sociais” ou “comportamentais”, lembrando que esse reconhecimento perpassa o reconhecimento das lutas sociais, nesse caso, a luta pela democratização da educação pública, gratuita e de qualidade; 3) a associação dos dois fatores anteriores que culminou no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE), decreto de 2010, que versa sobre condições de permanência dos estudantes na rede federal de ensino.

³ Talita Prada, mestra em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo, contabilizou em sua dissertação a existência de 532 assistentes sociais em Institutos Federais em todo o Brasil, no ano de 2015. Deste contingente, 357 profissionais possuíam apenas dois anos de exercício profissional até julho de 2014. Evidentemente que IF's e CEFET's têm estruturas diferenciadas, mas esse número serve para mostrar como, num determinado momento histórico, o número de profissionais mais que duplicou numa Instituição Federal de Ensino.

Segundo Almeida (2007) a escola, seja ela pública ou privada, está atravessada por diversos fenômenos que se mostram na atualidade mais intensos e complexos, dentre eles:

a juventude e seus processos de afirmação e reconhecimento enquanto categoria social, exacerbadamente, mediado pelo consumo; a ampliação das modalidades e a precoce utilização das drogas pelos alunos; a invasão da cultura e da força do narcotráfico; a pulverização das estratégias de sobrevivência das famílias nos programas sociais; a perda de atrativo social da escola como possibilidade de ascensão social e econômica; a negação da profissionalização da assistência no campo educacional com a expansão do voluntariado; a gravidez na adolescência tomando o formato de problema de saúde pública e a precarização das condições de trabalho docentes são algumas das muitas expressões da questão social.(ALMEIDA, 2007, p.)

Além disso, o autor observa que há um certo reconhecimento coletivo de que o professor não consegue dar conta sozinho desse processo, sendo necessário um enfrentamento com outros profissionais, não sendo exclusividade de nenhum deles⁴. Então, é possível explicar a entrada de assistentes sociais no CEFET-RJ através desse viés.

Mas é preciso entender o motivo pelo qual as/os assistentes sociais são alocados na SAPED. Ao analisar o contexto entende-se não ser por acaso que esses profissionais são alocados nesse setor, que tem a função de gerenciar, do ponto de vista socioinstitucional, uma política que amplia o acesso, ao mesmo tempo em que não é universal. Assim, a SAPED vai colocar em prática muitos dos princípios da PNAES, inclusive selecionando os estudantes que precisam ser “assistidos” – e por que não - controlados pela Instituição. Dessa forma, serão selecionados os estudantes que precisam de algum tipo de benefício assistencial, que precisam de apoio pedagógico, que precisam de suporte psicológico, etc.; que precisam, em termos gerais, se adaptar à Instituição.

Para chegar a esses apontamentos basta analisar o panorama da Instituição no que se refere aos cursos, a forma de ingresso e ao público-alvo, que depois será usuário da SAPED.

O CEFET-RJ possui cursos que abrangem desde os cursos técnicos com concomitância externa, até cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*

⁴ Mas o autor afirma que o reconhecimento desses elementos não é suficiente para ter esses profissionais nesse espaço sócio-ocupacional, se visto isoladamente.

(inclusive doutorado)⁵. Engloba cursos técnicos integrados ao médio, cursos subsequentes, graduações. De forma geral, o ingresso é por forma de concurso⁶ em todos os cursos, com exceção dos subsequentes⁷ que também podem ser por meio de sorteio, a depender da escolha de cada Campi. Além disso, a Instituição possui transferência interna e externa e reingresso.

Portanto, o CEFET-RJ abre suas portas para estudantes a partir da faixa etária dos 14 anos (que ingressam nos cursos técnicos integrados), ou seja, adolescentes, e não possui limite de idade. A partir do ano de 2014, com a aprovação de lei de cotas, todos os cursos possuem 50% de suas vagas reservadas a estudantes de escola pública, com recorte cor, raça e etnia, renda *per capita* e, a partir de 2018, também passa a contar o recorte para pessoas com deficiência.

Especificamente como esse público chega à SAPED, há formas variadas, a saber:

- 1) na matrícula, para verificação de renda *per capita* familiar;
- 2) através da inscrição para as bolsas; em alguns casos é chamado para entrevista social.
- 3) no início do ano ele é apresentado ao setor, seja na matrícula, seja na aula inaugural, portanto, sabe os serviços que são oferecidos. A partir daí alguns vêm espontaneamente.
- 4) no atendimento aos alunos reprovados que são “monitorados” pela SAPED, portanto, são chamados bimestralmente. Além dos alunos, seus responsáveis também são chamados para reunião.
- 5) no atendimento aos alunos que apresentam rendimento inferior à média em muitas disciplinas; também são chamados.
- 6) os estudantes também podem ser encaminhados por algum setor, seja secretaria (em algum caso que requeira algum tipo de excepcionalidades, por exemplo: trancamento em disciplina fora do período, sobretudo para apresentar

⁵ De forma geral, nota-se que esses cursos estão em maior proporção vinculados a área de exatas (engenharia, matemática, física, etc), mas há mestrado em filosofia e relações étnico-raciais.

⁶ A opção pelo concurso já recorta o público alvo, de modo que atua como uma “peneira” para que ingressem apenas os “melhores”.

⁷ Nota-se que hoje, através das informações da página oficial do CEFET-RJ na internet, apenas dois Campi oferecem o curso subsequente: o Maracanã e Itaguaí.

a justificativa) ou pelos próprios professores quando verificam que “algo está errado” com determinado aluno.

7) os estudantes com grande número de falta são chamados para reuniões com o setor, e, se necessário também é convocado o responsável.

Nesse contexto, os processos de trabalho das SAPED's nos quais se encontram também assistentes sociais são: atendimentos (social/pedagógico e/ou psicológico) individuais e/ou coletivos a estudantes e responsáveis, dos 5 cursos acima citados; participação e preparação em pré-Conselhos e Conselhos de Classe dos cursos; participação ativa nas inscrições e seleções das bolsas de auxílio ao estudante; participação nas reuniões pedagógicas mensais da instituição (com professores e gerente acadêmico); participação em grupos de trabalho que se referem ao trabalho dos setores pedagógicos, da construção da política de assistência estudantil no CEFET-RJ e da elaboração dos editais de bolsas de auxílio ao estudante; assessoria ao Grêmio estudantil, quando solicitado; projeto Papo Reto - discussões e debates sobre temas do cotidiano que a SAPED ou os alunos sugerem; reuniões e trabalhos pontuais de cada área acima citada que normalmente é solicitado pela gerência acadêmica do CEFET-RJ/Itaguaí; reuniões de equipes; participação nas matrículas de cotistas, etc. Sem contar o que se denominará neste trabalho de “plantão SAPED”, que, talvez por ser identificado pelo setor de “resolução de problemas” passam por ele diversas questões que são de cunho geral, Institucional, mas, por precisarem de uma resolução emergencial, são encaminhadas para a SAPED, isso vai desde alunos que passam mal, a problemas envolvendo notas de avaliações erradas, segunda chamada sendo aplicada com matérias que não foram dadas em sala de aula, etc. Além disso, desenvolve também todo o trabalho burocrático que envolve as atividades acima citadas, que são feitas exclusivamente pelos servidores do setor.

Portanto, a existência de um setor como as SAPED - cujas equipes são compostas de maneira geral por assistentes sociais, pedagogos, psicólogos e técnicos administrativos, faz muito sentido: são profissões que, no imaginário social, se vinculam a “resolver problemas de indivíduos problemáticos”.

Entender o lugar da SAPED nesse contexto de expansão da rede federal de ensino é possível quando se analisam dois fatores: o perfil do novo alunado e o perfil que consta no imaginário social sobre essas profissões. A partir disso

percebe-se que a SAPED acompanha a lógica da política de educação: é um setor direcionado aos alunos que entraram na Instituição por conta das políticas de expansão e que, para permanecer, precisam de algum tipo de assistência. Portanto, é um setor que não tem cunho universal. Ele não está inserido num contexto de atendimento universal ao estudante. A SAPED, ao que tudo indica, é “para quem dela precisar”.

Ou seja, o Estado sinaliza, com a mediação do trabalho da SAPED, que é preciso que essa expansão, que esse investimento público seja produtivo. Não se trata de um trabalho interdisciplinar desconectado. É um trabalho interdisciplinar que está vinculado a uma tendência da política. Essa equipe vai gerenciar a defasagem entre demanda e oferta de serviços.

Esses fatos vêm ao encontro da tese de que é a divisão social e técnica do trabalho que abre espaços para profissões e requisita trabalhadores. Dessa forma, a política social recruta profissionais (Iamamoto, 2014; Almeida e Alencar, 2011), dentre os quais, assistentes sociais. Mas essa requisição só consegue ser entendida pela perspectiva da expansão do setor de serviços, na fase monopólica do capitalismo. Algumas profissões surgiram com um vínculo intrínseco com a necessidade do capital de diminuir o tempo de sua valorização. Dessa forma, são profissões funcionais ao capital, mas que podem ter seu significado social confrontado pela contraditoriedade que é própria desse modo de produção, através das reivindicações da classe trabalhadora.

Além disso, é preciso destacar que, como já se viu ao longo desse projeto, as tendências postas para o mundo do trabalho, que atingem a todos os trabalhadores e trabalhadoras, não estão distantes do serviço público. Neste caso específico, destaca-se a polivalência. E antes disso, Marx já havia sinalizado a sobreposição do valor de troca em relação ao valor de uso do trabalho e a tendência ao trabalho abstrato sobre o trabalho concreto. O serviço público e as SAPED, de modo específico, devem ser compreendidos a partir dessa dinâmica macroestrutural.

As reflexões de Braverman (1987) sobre como o trabalho em escritórios assumiu traços do setor produtivo e mostrou que o trabalho nos serviços segue os padrões capitalistas. Ao citar o exemplo do trabalho das secretárias, mostrou as transformações que uma profissão pode apresentar: num primeiro momento foi necessária a divisão entre trabalho intelectual e manual nos escritórios, o que

fez com que houvesse um aumento da contratação das secretárias, ao passo que essa contratação teve seu limite imposto pelos custos do capitalista. O que se percebe no trabalho nas SAPED é que, com a polivalência, junta-se trabalho manual e intelectual num mesmo profissional, porque essa é a necessidade do trabalho vinculado ao Estado que se encontra nos limites de uma sociedade capitalista: diminuir custos.

Os preceitos neoliberais que norteiam as políticas sociais não propiciam a contratação de profissionais de forma a atender toda a demanda⁸ (por exemplo, algumas SAPED não têm sequer a equipe mínima proposta pelo organograma Institucional⁹ e não há previsão de novas contratações, de modo que os trabalhadores existentes se desdobrarão em diversas funções, assumindo um papel polivalente, que é, em termos, facilitado pela própria organização do trabalho coletivo em uma equipe interdisciplinar. A tendência disso seria um trabalho rotineiro de toda a equipe.

Sendo assim, os trabalhadores que a compõem farão o seu trabalho e o do profissional que está previsto, mas de fato não existe, ou existe mas está de férias, ou afastado, ou o cargo está em vacância, ou se encontra com uma demanda muito grande de trabalho e, para dar conta dela até o prazo determinado, precisará da intervenção de outro profissional, que não tem a mesma função, mas, ainda assim, consegue realizar a tarefa; ou seja, o que se compreende é que se faz muito trabalho burocrático, ou mesmo faz-se um trabalho que não é privativo, deixando o trabalho vinculado à especificidade dos profissionais da equipe à margem da rotina institucional.

Não significa que os profissionais não trabalhem na sua função, mas a dinâmica do trabalho coletivo requisita, muitas vezes, que esses profissionais se afastem do trabalho vinculado a sua matéria, por alguma outra demanda institucional mais emergencial, ou mais relevante do ponto de vista da Instituição.

Portanto, o volume de trabalho dessas equipes é muito grande, mas o que demanda mais tempo não é o trabalho concreto, mas o trabalho abstrato, o

⁸Dessa forma, se enxerga uma dualidade na política de educação em relação às respostas dadas aos usuários dos serviços. De um lado, amplia-se o horizonte dos direitos dos estudantes com a expansão do ensino profissional; por outro lado, a concretização dessas ações se dão com recursos humanos reduzidos, tolhendo a efetividade daquilo que se tem como premissa.

⁹ Cabe refletir se há alguma correlação entre a contratação de profissionais para as SAPED's e o perfil do público alvo, porque, para além da capa neoliberal que encobre as políticas, há ainda o fato de que o público alvo desse setor é a camada pobre brasileira.

trabalho indiferenciado; o que possivelmente impacta na qualidade do trabalho prestado à sociedade e antes disso, leva à repetição das mesmas tarefas, ou seja, à rotinização do processo de trabalho.

O assistente social é chamado para intervir nas escolas federais a partir de 2010, sobretudo, com os programas de auxílio estudantil, dentre os quais estão: auxílio ao estudante, auxílio-moradia, auxílio-transporte, auxílio para material didático, etc. Eles ficam responsáveis por criar editais, pensar critérios de seleção, realizar entrevistas sociais, pareceres, estudos, propor modalidades de bolsas, dentre outras atribuições vinculadas, resumidamente, ao gerenciamento técnico-operativo e teórico-metodológico dos auxílios financeiros disponibilizados aos estudantes¹⁰. Para além disso, é oportuno informar que, em geral, todo o trabalho burocrático vinculado às tarefas acima citadas são de responsabilidade do assistente social (muitas vezes exclusivamente dele) ou de uma equipe profissional reduzida.

Portanto, qual é o lugar do serviço social nessas equipes? Num primeiro momento, do ponto de vista da requisição da política, há uma maior demanda para o tratamento dos auxílios estudantis. E isso é perceptível com muita facilidade. Basta ter uma conversa, mesmo que informal, com um/a assistente social do CEFET-RJ. Primeiro, porque do conjunto de assistentes sociais, apenas duas não trabalham diretamente com as bolsas. E pela grande demanda de trabalho que os auxílios geram, e o tamanho reduzido das equipes, esse assunto requer boa parte da nossa atenção. Além disso, eles são o foco de grande parte das reuniões e encontros de assistentes sociais no CEFET-RJ. De todas as reuniões que os profissionais de Serviço Social fizeram, todas tinham como pelo menos uma das pautas assuntos relacionados aos auxílios.

O trabalho coletivo das SAPED requisita de assistentes sociais o trabalho com bolsas, mas a própria formação desse profissional, que é um intelectual, requisita que se vá para além daquela necessidade que está posta. Com um código de ética que se baseia na emancipação humana, na diversidade, na

¹⁰ Nota-se que boa parte dos eixos da PNAES que poderiam ser transformados em serviços, se transformam em bolsas, o que deixa margem para reflexão, afinal, o valor das bolsas nem sempre é capaz de atender as reais necessidades dos usuários. Neste sentido, cabe ressaltar que o trabalho do assistente social pode estar também vinculado a esse movimento de “bolsificação” dos programas de assistência estudantil.

democracia, espera-se que o trabalho tome rumos mais ampliados dentro daquilo que é competência ou atribuição profissional.

Ao passo que o que a política espera é que esse trabalho se expanda dentro da especificidade do cargo ou não. É preciso lembrar que a equipe é composta, talvez até em maior número, por intelectuais, que, trabalhando interdisciplinarmente, têm capacidade técnica para efetivar um projeto em sua matéria; e têm condições também de assumir outras capacidades, sobretudo por conta do seu alto grau de formação.

Ou seja, percebe-se que há uma dualidade em relação ao papel do assistente social: de um lado, há a política que requer o seu trabalho concreto, mas também requer o abstrato, e, talvez, o segundo seja mais importante que o primeiro; por outro lado, há o assistente social formado como um intelectual que quer desabrochar o seu trabalho concreto, mas as condições objetivas requerem mais que isto.

Especificamente no que se refere a assistentes sociais, a hipótese é de que nas equipes pedagógicas, o assistente social não perca a sua especificidade, mas, em muitos momentos é solicitado a assumir um trabalho diferenciado, porque é esse o lugar que a política social destina aos trabalhadores de forma geral, inclusive assistentes sociais.

Dessa forma, entende-se que, para ser contratado, é o valor de uso do assistente social primordial, mas no cotidiano institucional, sua força de trabalho é consumida como valor de troca; é a sua capacidade de “entregar trabalho material” que conta para a Instituição; seguindo a tendência da utilização do trabalho na ordem capitalista de produzir riquezas.

Assim, cabe uma outra questão em relação ao aumento do número de contratações de assistentes sociais em escolas federais: quais são as particularidades do trabalho de assistentes sociais nos processos de trabalho das SAPED nos variados Campi do CEFET-RJ?

Que o assistente social é chamado para mediar a relação conflituosa que deriva da sociedade de classes, das expressões da questão social, é um dado. Mas é preciso descobrir quais as particularidades do trabalho em cada campo em que é chamado o assistente social a fim de decifrar o trabalho de assistentes sociais no CEFET-RJ.

Neste sentido, é preciso saber quais são as ações, como é o trabalho nas equipes, o que o assistente social oferece de específico para as equipes pedagógicas, como ele está sendo requerido pela Instituição e como ele consegue articular o trabalho concreto com o trabalho da SAPED. É preciso apreciar os casos concretos, para falar da realidade como ela é.

Conclusão

O presente trabalho teve o intuito de estabelecer reflexões introdutórias sobre o tema. Não teve pretensões de esgotar o assunto, portanto, não pode apresentar conclusões. No entanto, o que se pode afirmar é que esse é um tema pouco discutido e que merece a atenção da categoria, porque, possivelmente, além das/os assistentes sociais do CEFET-RJ, outros profissionais podem estar vivenciando situações de trabalho parecidas e que precisam ganhar destaque a fim de que a categoria possa, não só garantir um trabalho de qualidade ao público-alvo da política, mas garantir um trabalho afinado com o Código de Ética vigente.

Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **O Serviço Social na Educação**: novas perspectivas sócio-ocupacionais. 2007. Disponível em: http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_per_spectivas_socio_ocupacionais1.pdf. Acesso em: 28 ago. 2017.

ALMEIDA, N.L.T.& ALENCAR, M.M.T. Serviço Social, trabalho e políticas públicas. São Paulo: Saraiva,2011 (cap. 3).

BRASIL. Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012.Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília: DF, 29 ago. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 11 de abril de 2019.

BRASIL. DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.**Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília: DF, 19 jul. 2010. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em 09 de abril de 2019.

BRAVERMAN, Harry. Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. Pp 213-316

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica*. 41. Ed. São Paulo: Cortez, 2014. 400 p.